

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

ATO Nº 3.187, DE 19 DE MARÇO DE 2014

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações – LGT), no Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Pessoal (PGA-SMP), aprovado pela Resolução nº 321, de 27 de setembro de 2002, e no Plano Geral de Outorgas (PGO), aprovado pelo Decreto nº 6.654, de 20 de novembro de 2008;

CONSIDERANDO a operação notificada nos autos do Processo nº 53500.024446/2012;

CONSIDERANDO deliberação tomada em sua Reunião nº 710, realizada em 22 de agosto de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no Acórdão nº 320/2013-CD, de 28 de agosto de 2013, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 2 de setembro subsequente, que concedeu anuência prévia relativa à reorganização societária de empresas pertencentes ao GRUPO OI, com a incorporação da TNL PCS S/A pela OI MÓVEL S/A (nova denominação da 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A);

CONSIDERANDO que a TNL PCS S/A e a OI MÓVEL S/A apresentaram a esta Agência a documentação societária comprobatória das operações que envolveram a incorporação da primeira pela segunda;

CONSIDERANDO a comprovação da regularidade fiscal da OI MÓVEL S/A, anexada aos autos do Processo nº 53500.024446/2012,

RESOLVE:

Art. 1º Transferir à OI MÓVEL S/A, CNPJ/MF nº 05.423.963/0001-11, as outorgas detidas pela TNL PCS S/A para explorar o Serviço Móvel Pessoal (SMP) nas Regiões I e III do Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Pessoal e o uso das radiofrequências associadas, bem como os respectivos Termos de Autorização.

Art. 2º Estabelecer que a transferência de que trata o art. 1º implica sub-rogação, pela OI MÓVEL S/A, dos direitos e obrigações assumidas pela antiga autorizada perante a Anatel.

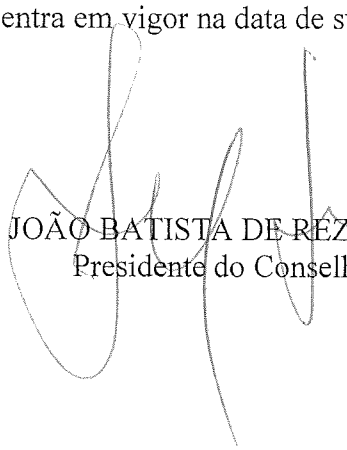
Art. 3º Determinar que o preço devido pela transferência do direito de exploração do serviço de que trata o art. 1º é de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), de acordo com a Resolução nº 386, de 3 de novembro de 2004, valor que deverá ser pago pela OI MÓVEL S/A.



Parágrafo único. O valor referido no *caput* deverá ser recolhido na forma e no prazo estabelecidos em notificação da Anatel à OI MÓVEL S/A.

Art. 4º A aprovação de que trata o art. 1º não exime as empresas envolvidas na operação do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontrem submetidas perante outros órgãos.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.



JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho



2 0 1 4 9 0 0 4 1 2 7 3

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

EXTRATO DO ATO Nº 3.187, DE 19 DE MARÇO DE 2014

Processo nº 53500.024446/2012. Transfere à OI MÓVEL S/A, CNPJ/MF nº 05.423.963/0001-11, as outorgas detidas pela TNL PCS S/A para explorar o Serviço Móvel Pessoal (SMP) nas Regiões I e III do Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Pessoal e o uso das radiofrequências associadas, bem como os respectivos Termos de Autorização.


JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho



